

# EDITORIAL

## Uma nova realidade...

A nova Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos é o resultado de uma ação unificada e de extensa mobilização proposta pela AMB, suas Sociedades de Especialidade e pelo CFM, que contou também com o apoio das demais entidades médicas do país.

Sem essa importante atuação, os profissionais médicos iriam ainda estar balizados em diferentes parâmetros de honorários que não remuneravam dignamente e de forma equilibrada os serviços prestados. A inexistência de um único referencial gerava constantes conflitos e, principalmente, indignação dos profissionais da área médica.

Essa importante conquista busca preservar o respeito ao profissional médico, como também, ampliar a qualidade no atendimento ao paciente. Contudo, este cenário só será consolidado com a mobilização efetiva de todos os profissionais no sentido de adotar e praticar os procedimentos referidos na nova classificação.

Devemos lutar para mudar essa realidade. Somente com a nossa união conseguiremos atingir esse objetivo.

**Edson de Oliveira Andrade**

**Eleuses Vieira de Paiva**

## Carta aberta das entidades médicas ao Presidente da República

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Considerando a relevância do sistema complementar de saúde que hoje atende cerca de 34 milhões de brasileiros;

Considerando que as empresas desse sistema interferem na relação médico-paciente, freqüentemente negando procedimentos e colocando a saúde dos usuários em risco;

Considerando que os honorários dos médicos encontram-se congelados há oito anos, apesar de nesse período as mensalidades dos planos e seguros de saúde terem sido reajustadas acima a inflação;

Considerando os graves prejuízos enfrentados pelos usuários frente a essa situação;

A classe médica vem a público, primeiramente, reiterar apreço e manifestar apoio às sugestões do excelentíssimo senhor ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, feitas recentemente em São Paulo, relativas à busca de soluções para esse setor da saúde, por meio do Fórum de Saúde Suplementar.

Na oportunidade, apresentamos também a Vossa Excelência as propostas da classe médica para a solução desses problemas:

1 – Estabelecimento da livre escolha de profissionais médicos por parte dos usuários dos planos e seguros de saúde, independentemente de credenciamento prévio.

2 – Regulamentação das relações entre os prestadores de serviços (médicos, hospitais e clínicas) e as empresas contratantes, com definição clara das responsabilidades de cada um.

3 – Utilização da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos como referência para todos os atos médicos a serem cobertos pelos planos e seguros de saúde, permitindo também que os usuários tenham acesso aos novos procedimentos oriundos do avanço tecnológico.

4 – Garantia de que os médicos tenham seus honorários atualizados sempre que as operadoras obtiverem autorização para reajustar o valor de seus planos.

5 – Desburocratização do sistema, por meio da implantação de formulários unificados.

6 – Definição clara, por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, dos procedimentos médicos que necessitam de autorização prévia.

Aguardando manifestação de Vossa Excelência, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 11 de novembro de 2003

**Conselho Federal de Medicina  
Associação Médica Brasileira  
Confederação Médica Brasileira  
Federação Nacional Dos Médicos**

# Mobilização contra os planos de saúde

No dia 11 de novembro, entidades médicas estaduais deram início a um movimento nacional apresentando, em coletivas à imprensa, com destacada repercussão, o documento “Carta aberta ao presidente da República”, resumindo as principais reivindicações da classe médica em relação ao setor de saúde suplementar - entre elas a adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) como padrão mínimo e ético de remuneração, conforme determina a Resolução nº 1673, de 2003, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Participando da coletiva realizada em São Paulo, na sede da Associação Paulista de Medicina (APM), o presidente da AMB, Eleuses Paiva, salientou o caráter nacional da mobilização, já que o movimento envolveu todos os Estados (acompanhe nas páginas seguintes o quadro da movimentação em cada um deles).

“Não podemos mais ficar de braços cruzados diante dos abusos cometidos pelas operadoras de planos de saúde”, afirmou Paiva. “Os planos de saúde devem oferecer aos usuários tudo o que há de mais eficaz em diagnóstico e tratamento de doenças, e não o que existe de mais barato”, completou.

Entre as irregularidades denunciadas pelas entidades médicas em São Paulo estão o cerceamento à atividade médica com proibições à realização de deter-



minados procedimentos, o não-reajuste dos honorários médicos há cerca de oito anos, atrasos nos pagamentos e o descredenciamento de prestadores de serviço por decisão unilateral das operadoras. O presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Clóvis Constantino, destacou que a entidade vem observando um crescimento no número de queixas contra médicos. “Isso se deve, em grande parte, à interferência das empresas no trabalho médico, influenciando negativamente nos resultados ao paciente”, avaliou.

Para o presidente da APM, José Luiz Gomes do Amaral, a adoção da CBHPM por parte das operadoras minimizaria alguns problemas. “Isso porque a CBHPM considera apenas os procedimentos adequados e necessários para uma boa assistência, além de valorizar o profissional”, destacou. “A todo o momento são introduzidas novas técnicas em Medicina e outras são consideradas obsoletas. No entanto, os planos de saúde trabalham com referenciais ultrapassados, de 1992 e até mesmo de 1990, e não aceitam modificações porque elas implicam em maior custo e, conseqüentemente, menos lucro”, completou o diretor de Defesa Profissional da APM, Florisval Meinão.

Segundo o presidente da AMB, as entidades médicas buscarão o apoio da Frente Parlamentar da Saúde, dos órgãos de defesa do consumidor e do Ministério Público para aumentar a pressão sobre o Executivo.

“A partir de agora é de conhecimento público que, se não for adotada uma solução rápida, o problema se agravará. Haverá omissão do presidente se nada for feito”, enfatizou, não descartando a possibilidade de uma paralisação nacional dos médicos no atendimento ao setor suplementar – o que já vem ocorrendo em alguns Estados, como Rio de Janeiro e Pernambuco.



Marca utilizada pelas entidades médicas paraenses no Dia da Mobilização

# A mobilização para implantação da CBHPM em cada estado



**Acre** – Foram concedidas entrevistas à imprensa e foi realizada uma primeira reunião com a Unidas dando início às discussões para implantação da CBHPM.



**Alagoas** – Foi reinstalada a Comissão Estadual de Honorários. Foram concedidas entrevistas à imprensa, e o lançamento oficial da CBHPM ocorreu no dia 14 de novembro, durante o 10º Congresso Alagoano de Medicina.



**Amazonas** – Entrevistas à imprensa com a divulgação da carta ao presidente da República.



**Bahia** – O “Movimento por uma Remuneração Justa e Valorização da Saúde”, iniciado em 16 de outubro, deu início à movimentação no Estado em defesa da adoção da CBHPM. As reuniões de negociação com as operadoras também tiveram início sob a coordenação de um comitê representativo, formado por integrantes das entidades médicas locais.



**Brasília** – Movimento junto à mídia, tendo como foco o esclarecimento à população sobre a remuneração do plano de saúde ao médico.



**Ceará** – Movimento junto à mídia e envio de correspondência a todos os planos reivindicando a adoção da CBHPM.



**Espírito Santo** – Desde o lançamento da CBHPM, em Vitória, a Comissão de Honorários vem negociando com as operadoras. Atualmente, concederam prazo às operadoras para avaliação da Classificação. O Mi-

nistério Público e Procon também foram informados do processo de negociação.



**Goiás** – Foi criado um Comitê integrado por todas as entidades médicas, que vem negociando a implantação da CBHPM. Caminha para acordos com Unidas e Unimed. No dia 11, realizou café da manhã com a presença da imprensa e de dirigentes dos planos de saúde.



**Maranhão** – O movimento ganhou unidade após a decisão da Unimed reduzir de 0,20 para 0,15 o valor do CH. No dia 11 foram realizados movimentos em praças públicas denunciando as pressões.



**Mato Grosso do Sul** – O movimento será iniciado com reunião das entidades e definição da banda a ser adotada para negociação com os planos de saúde. Foi instalada a Comissão Estadual de Honorários Médicos.



**Mato Grosso** – O movimento será iniciado neste mês com plenária marcada para ser realizada no Conselho Regional de Medicina do Estado.



**Minas Gerais** – Foram realizadas coletiva de imprensa e inserções na mídia de nota explicativa à população. Também foram iniciadas negociações a partir da banda máxima com o grupo Unidas.



**Pará** – A Comissão de Honorários já recebeu a sinalização da Unimed aceitando a implantação da CBHPM no Estado com a banda mínima.



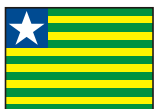
**Paraíba** – A Comissão de Honorários, com o apoio do Ministério Público local, encontra-se em fase de negociação com operadoras para a implantação da CBHPM.



**Paraná** – Foi criada uma Comissão composta pelas entidades médicas locais, que conseguiu através de entrevistas à mídia, apresentar a situação atual da classe. Foram realizadas reuniões com a Unidas para a implantação da CBHPM.



**Pernambuco** – A Comissão de Honorários desencadeou campanha de mídia no Estado e conta com a intermediação do Ministério Público junto às empresas de saúde. Atendimentos através de guias aos usuários da Sul América e Admed foram paralisados. As Unimed's do Estado decidiram pela implantação da CBHPM. Há promessa da Assembléia Legislativa, através de uma Comissão de Saúde, em regulamentar a relação entre médicos e todas as operadoras tendo como base a CBHPM.



**Piauí** – A mobilização realizada no dia 11, com entrevistas concedidas à mídia, foi considerada positiva para implantação da CBHPM. Não deverá haver dificuldades junto à Unimed que já paga R\$ 39,00 por consulta aos médicos piauienses.



**Rio de Janeiro** – Realizou coletiva à imprensa na sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, com a presença dos representantes do CFM, da AMB, da Sociedade Médica do Rio de Janeiro e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro. O Estado, que foi pioneiro no movimento, continua com a mobilização contra a Sul América pela implantação da Classificação e Contrato Coletivo.



**Rio Grande do Sul** – O dia 11 de novembro foi marcado pela mobilização para implantação da CBHPM e da Central de Convênios do Rio Grande do Sul. Foram concedidas entrevistas à imprensa alertando a população e convidando os médicos a participarem do movimento.



**Rio Grande do Norte** – Manifestações realizadas em vários pontos da capital tiveram a repercussão desejada. A Comissão de Honorários convocou todos os planos para aderirem à CBHPM, tendo sido dado prazo de 30 dias a quatro planos locais para aceitação, caso contrário, haverá descredenciamento dos médicos.



**Santa Catarina** – O movimento já havia sido deflagrado em 17 de outubro, por ocasião das comemorações do Dia do Médico. No dia 11 foram concedidas entrevistas à imprensa e inserções na mídia de textos dirigidos à população. Além disso, foram emitidas circulares aos médicos.



**São Paulo** – Coletiva de imprensa com a presença de órgãos da mídia impressa e eletrônica. Através da Comissão de Honorários iniciou as negociações com todos os segmentos representativos dos planos. Aguarda trabalho de avaliação de impacto que está sendo realizado por algumas Unimed's singulares.



**Sergipe** – Realizou café da manhã com a presença de entidades médicas estaduais e da imprensa em geral. Em breve estará deflagrando movimento contra quatro operadoras. Instalou a Comissão Estadual de Honorários Médicos e o Ministério Público também foi oficializado sobre o movimento da classe médica.

# Sistema Unimed discute implantação da CBHPM

O sistema cooperativo Unimed, reunido em outubro, durante o Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina 2003, promovido pelo Conselho Federal de Medicina, em Brasília, deu início aos debates visando a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

Participaram do encontro os presidentes da Unimed do Brasil, Celso Barros; da Confederação das Unimed's do Brasil, Antonio Alberto de Felício; da Aliança Cooperativista Brasileira, Reginaldo Tavares de Albuquerque e Emerson Fidelis, da Unimed de Belo Horizonte.

"Se a CBHPM foi realizada por médicos, também é importante que comece a ser discutida por médicos, através do sistema cooperativista", sentenciou o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, na abertura do evento que reuniu ainda representantes da diretoria da AMB e conselheiros de todos os Estados do país.

Durante o encontro, foram apresentados os resultados de alguns estudos preliminares sobre o impacto financeiro que representará para o sistema a adoção da CBHPM. Também foi unânime o pensamento sobre a necessidade de resultados mais completos.

"Desenvolvemos, através de algumas regiões, apenas um trabalho inicial do impacto", afirmou Celso Barros, da Unimed do Brasil. "Não temos ainda uma amostra significativa, pois levantamos dados apenas em uma empresa e somente no período de um mês. Estamos preparando um estudo completo envolvendo Unimed's de diversos portes para uma melhor avaliação", informou Antonio Alberto Felício, da Confederação das Unimed's.

Já o presidente da Aliança Cooperativista, Reginaldo Tavares, apresentou estudo inicial projetando um impacto de cerca de 30% em relação aos honorários. "Será preciso estabelecer estratégias para que, em consonância com as entidades médicas nacionais, possamos construir juntos este novo e importante momento para a medicina brasileira", afirmou.

O presidente da AMB, Eleuses Paiva, destacou a importância do sistema cooperativo para a implantação da CBHPM. "Toda a classe médica espera contar com o apoio do sistema Unimed para viabilizar a CBHPM. Mais

do que isso, que se torne a bandeira de sua implantação. E é nesse sentido que esperamos evoluir num curto espaço de tempo", afirmou Paiva, se dirigindo aos representantes do sistema cooperativo.

Ao final do encontro, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson Andrade, sugeriu a criação de uma Comissão, integrada por dirigentes da Unimed e representantes da classe médica, objetivando um posicionamento oficial do sistema em relação à CBHPM. "É de fundamental importância que sentemos à mesa e avaliemos com absoluta lealdade esse trabalho. Por isso, sugiro a criação de uma comissão para avaliação, com calendário claramente definido, para uma resposta final acerca da CBHPM", afirmou.

## NEGOCIAÇÕES

Quanto à negociação desenvolvida pela AMB e pelo Conselho Federal de Medicina junto às demais operadoras pela adoção da CBHPM, o diretor de Defesa Profissional da AMB, Eduardo Vaz, se mostra otimista. Afirma que as operadoras ainda realizam estudos de impacto de custo e que apenas com a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) o diálogo tem se mostrado difícil.

"Algumas operadoras vêm tentando jogar a população contra a classe médica, alegando que a adoção da Classificação resultará em aumento nas mensalidades. Isso não é verdade. Tivemos preocupação com o usuário", garantiu.

Em relação à área governamental, as entidades médicas pretendem agendar uma audiência com o ministro da Saúde, Humberto Costa, no sentido de apresentá-la oficialmente ao governo e discutir a sua possível adoção pelo Ministério e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

## DIVULGAÇÃO

Uma campanha publicitária nacional está sendo preparada pela AMB e pelo CFM para conscientizar o médico sobre a importância da adoção da CBHPM e também a população, mostrando seus reflexos na qualidade da assistência oferecida.

O Diretor de Saúde Pública da AMB, Samir Bittar fez explanação sobre a CBHPM na Convenção Nacional Unimed, ocorrida em Fortaleza em setembro passado.

Já o Vice-Presidente da AMB da Região Leste-Nordeste, Lúcio Antônio Prado Dias, participou de debates com dirigentes do Sistema Unimed em Foz de Iguaçu, tendo como tema a CBHPM.



# Unidas assume compromisso de adoção da CBHPM

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), que representa a fusão do CIEFAS e ABRASPE, foi a primeira entidade representante do sistema suplementar de saúde a assumir o compromisso de adotar a CBHPM. Em comunicado assinado em conjunto com AMB e CFM, a Unidas reconhece a CBHPM como parâmetro justo de remuneração médica e assume a responsabilidade de orientar suas filiadas pela adoção da Classificação dentro de, no máximo, seis meses. Abaixo, os principais pontos da carta-compromisso:

No dia 27 de outubro de 2003, em reunião na sede da AMB, em São Paulo, a diretoria da Unidas – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - entregou à presidência da AMB – Associação Médica Brasileira – o ofício nº 153/2003, no qual faz considerações sobre a CBHPM. A análise técnica preliminar conclui que a metodologia usada pela Fipe e Sociedades de Especialidade, no processo de elaboração, foi adequada tanto para a hierarquização como para a valorização dos procedimentos, sendo também interessante a nova ordenação da Classificação por região anatômica. O documento avalia ainda que a criação da UCO, incorporando a depreciação de equipamento, manutenção, mobiliário, aluguel etc, foi uma decisão inteligente que ajudará a

valorizar o trabalho médico, desvinculando-o dos demais custos dos procedimentos. Apresenta também, no documento, uma estimativa de impacto nos custos com honorários médicos. Sinaliza para a criação de uma comissão, com representantes de ambas as entidades, para reverem alguns pontos que acredita serem passíveis de alterações. Chama a atenção para o fato de que a modificação dos códigos de oito para nove dígitos e a nova estrutura e ordenação dos procedimentos necessitarão de, pelo menos, quatro a seis meses para que possam ser implementadas, segundo especialistas, pois requerem importantes alterações nos sistemas informatizados das entidades filiadas, além de sua implantação também depender da aceitação pela rede de prestadores. Após estas considerações, a Unidas assumiu o compromisso de orientar suas superintendências estaduais e empresas filiadas para que abram negociação para futura implantação da CBHPM, limitada, inicialmente, aos procedimentos constantes no rol da Agência Nacional de Saúde

Suplementar. Os preços de partida e a fixação das bandas deverão ser negociados entre as entidades representativas de médicos e empresas, regionalmente, de forma a respeitar os preceitos de direito econômico e as realidades díspares de cada região do país.



## MÉDICO

**Participe das Assembléias Gerais convocadas por sua Federada AMB para discussão das estratégias de implantação da CBHPM.**

**Lute pela sua implantação. Ela é a garantia de resgate da dignidade do seu exercício profissional.**

### EXPEDIENTE

MOBILIZAÇÃO



CFM

**Informativo da Comissão Nacional de Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos** (Membros: Lincoln Freire, Eduardo S. Vaz, Lúcio Antonio P. Dias, José Luiz G. do Amaral (AMB); Abdon José M. Neto, Antonio G. Pinheiro (CFM); José Erivalder Guimarães (CMB); Héder M. Borba, Márcio C. Bichara (Fenam).  
Rua São Carlos do Pinhal, 324 – Tel.: (11) 3266-6800 – e-mail: [diretoria@amb.org.br](mailto:diretoria@amb.org.br)  
Tiragem: 280.000 exemplares – Criação: Ponto Comunicação – Rua Pedro de Lucena nº 64 – Mooca – 03113-080 – São Paulo – SP – Tel: 0800-77-23023 – Home Page: [www.pontoline.com.br](http://www.pontoline.com.br)  
Edição: César Teixeira (MTB-12315)

